

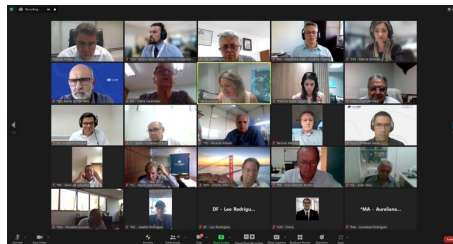


Cooperativismo é foco de reunião entre o Sistema OCB/RJ e PEA Pescarte

O Sistema OCB/RJ, por meio do Superintendente do Sescop/RJ, Abdul Nasser, se reuniu com integrantes do Projeto de Educação Ambiental – PEA Pescarte. A reunião, realizada na Casa do Cooperativismo Fluminense, teve como foco o aprimoramento da compreensão acerca dos modelos possíveis de organização das cooperativas de natureza agropecuárias que estão sendo implantadas nos 10 municípios de abrangência do projeto. O PEA Pescarte atua na mitigação de impactos diretos e indiretos promovidos pela exploração e produção de petróleo e gás, e que impacta diretamente o modo de vida dos pescadores(as) artesanais e seus familiares, sendo uma exigência do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA. Por parte do PEA participaram a Coordenação Técnica, membros da equipe Técnica, além de pesquisadores. "Foi muito essa reunião, pois a equipe do PEA Pescarte entenderam como é processo de constituição de uma cooperativa, e as peculiaridades que o segmento possui", afirmou Nasser. As cooperativas a serem constituídas estão localizadas nas cidades de São Francisco de Itabapoana, Campos

dos Goytacazes, São João da Barra, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Armação dos Búzios. No sentido de trazer maiores esclarecimentos, o PEA Pescarte está inserido no Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos – PEA-BC, supervisionado pelo IBAMA, executado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, financiado pela empresa Petrobras. PEA Pescarte O projeto é vinculado ao licenciamento ambiental oriundo da NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10, que envolve a instalação de sistemas de produção, estocagem e escoamento de campos petrolíferos da Bacia de Campos. O objetivo principal de atuação é o "fortalecimento da organização comunitária por meio da implantação participativa dos Projetos de Geração de Trabalho e Renda". Estando na execução de sua 3ª Fase, com três Cooperativas já formalizadas e com a 4ª em fase de formalização.

somoscoop



AGO da CNCoop aprova plano de trabalho para 2023

A Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) realizou Assembleia Geral Ordinária (AGO),

nesta quarta-feira (17), em formato virtual. A reunião contou com a participação de diversos dirigentes dos sindicatos e organizações de cooperativas vinculadas ao Sistema OCB. O colegiado aprovou a prestação de contas referente à 2022, a proposta orçamentária de receita e despesa para 2023 e o plano de trabalho para o ano vigente. "O ano de 2022 foi bastante produtivo para o sistema sindical e para as cooperativas. Tivemos lançamentos importantes de novos produtos e serviços como o Centro de Serviços Compartilhados Trabalhista e Sindical e a estruturação de cursos para capacitar dirigentes e colaboradores de sindicatos e organizações estaduais, federações e coops. Para 2023, nossa expectativa é ampliar o rol de produtos ofertados para nossa base e intensificar a representação da categoria econômica das cooperativas", destacou o coordenador sindical da CNCoop, Bruno Vasconcelos. **Atuação** Em 2022, a confederação acompanhou diversas propostas legislativas de impacto trabalhista e sindical; analisou e atuou em inúmeros normativos do governo federal que refletem no setor; contribuiu com consultas públicas que versavam sobre normas de segurança e saúde no trabalho; e participou de inúmeras reuniões em órgãos públicos e privados como o Conselho Nacional do Trabalho, fórum do então Ministério do Trabalho e Previdência; a Comissão Trabalhista do Instituto Pensar Agro (IPA); e o Grupo de Trabalho Confederativo do eSocial. A CNCoop participou ainda de encontros estratégicos promovidos pelo Fórum das Confederações Patronais, que congrega a Confederação Nacional da Indústria (CNI); Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Confederação do Comércio de Bens, Serviços e

Turismo (CNC), Confederação Nacional do Transporte (CNT); Confederação Nacional da Comunicação Social (CNCCom); Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde); Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); e Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg).

Perspectivas Para 2023, a entidade pretende implementar um sistema de controle de arrecadação da Contribuição Confederativa para facilitar a gestão das informações. Está no planejamento o estímulo aos encontros do Comitê de Relações Trabalhistas e Sindicais, bem como fomentar a utilização de seu Centro de Serviços Compartilhados. A assembleia aprovou também a elaboração de cursos direcionados às áreas trabalhista e sindical, compatíveis com as legislações em vigor. Os delegados representantes concordaram sobre a importância de garantir assento em fóruns estratégicos - para além dos que já ocupa no Executivo - para dar voz aos pleitos trabalhistas e sindicais do movimento cooperativista.

Fonte: Somos Cooperativismo

somoscoop



Plano Safra e LC 196 são temas tratados em reunião com o Banco Central

O fortalecimento da atual política

de crédito e seguro rural e a regulamentação da Lei Complementar (LC) 196/22 foram temas tratados no encontro entre o Sistema OCB e o Banco Central do Brasil (BCB), nesta segunda-feira (22). O presidente Márcio Lopes de Freitas acompanhado da superintendente Tania Zanella, se reuniu com o presidente da entidade, Roberto Campos Neto. Campos Neto tem diálogo aberto com o movimento cooperativista desde que assumiu a presidência do Banco Central e uma de suas apostas para a sustentabilidade do Sistema Financeiro Nacional é o fortalecimento do cooperativismo de crédito. Sempre que tem oportunidade, ele tece elogios em relação ao crescimento do coop e sua capilaridade como fator efetivo de inclusão financeira, especialmente em localidades mais longínquas. “As cooperativas estão presentes em 54% dos municípios brasileiros. Além disso, temos vários estudos comprovando que nas cidades onde as cooperativas estão presentes, há ganho econômico e social. Nesse sentido, o microcrédito é superimportante porque gera educação financeira, gera movimento na ponta, onde as pessoas conseguem fazer seus pequenos negócios. É, portanto, uma agenda social que impacta diretamente as pessoas”, afirmou. Márcio Freitas iniciou sua fala reforçando a necessidade da manutenção da atual arquitetura da política de crédito agrícola para o Plano Safra 2023/2024. Ele defendeu um volume maior de recursos e o fortalecimento de mecanismos de proteção como o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). “As cooperativas agro atuam como aliadas no combate à inflação e estímulo à produção de alimentos, além de representar um instrumento de fomento à agricultura familiar, público que representa 71,2% do quadro social. Diante disso, solicitamos um montante de R\$ 410 bilhões, sendo R\$ 125 bilhões para investimentos e os outros R\$ 285 bilhões para custeio”, pleiteou. A

elevação dos recursos do Seguro Rural em R\$ 2,5 bilhões, assim como as taxas de juros percentuais abaixo de dois dígitos para todas as linhas do planejamento agrícola e pecuário foram outros pontos defendidos. Em relação às exigibilidades, o Sistema OCB destacou a necessidade de elevação dos percentuais dos em depósitos à vista, de 25% para 34%; da poupança rural, de 59% para 65%; e das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), de 35% para 60%, com isenção tributária. “Em relação à LCA, sugerimos o aumento da exigibilidade adicional de 1,5% para 3% com a intenção de aumentar os recursos que são trabalhados com as taxas livres. Esta medida, com caráter temporário, tem por objetivo fortalecer as fontes de recursos em um momento de redução dos valores sujeitos a recolhimento”, pontuou Márcio Freitas. O fortalecimento das cooperativas de crédito como meio de capilaridade, efetividade e instrumentalização para a política agrícola nacional também foi abordado durante a reunião, assim como a necessidade da regulamentação da Lei Complementar 196/22, que modernizou o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). “O Conselho Monetário Nacional (CMN) possui a competência de disciplinar o funcionamento e aplicação prática de diversos dispositivos da Lei Complementar 196/22. Dessa forma, o Sistema OCB elaborou uma proposta de trabalho para que, em conjunto com o Banco Central, possam ser debatidas. A intenção é finalizar a regulamentação ainda neste ano”, acrescentou o presidente Márcio. Roberto Campos ressaltou o interesse do órgão em concluir a regulamentação da Lei Complementar 196/22 ainda em 2023, colocando as áreas técnicas do Banco Central à disposição para avançar na discussão. Ele também afirmou que fará todo o possível para assegurar recursos para o Plano Safra 2023/24, desde que não gerem impacto para o controle da inflação.

Fonte: Somos Cooperativismo



CENSO ²⁰₂₃
DO COOPERATIVISMO FLUMINENSE

Com mais informações, temos um

Cooperativismo
sustentável.



Insira os dados de sua
coop até **31 de MAIO**

Acesse: rio.coop/censo2023



Sistema **OCB/RJ**
OCB/RJ | SESCOOP/RJ

somos **coop** »